

CONCEITOS GERAIS EM SAÚDE

Lorena Vanni Reali
Clécio Homrich da Silva

O Que é Saúde

Primeiramente, a saúde era entendida como o estado de ausência de doença, tendo o médico como agente, atuando em um hospital. Neste modelo, o centro das atenções era a patologia em si. O controle de sua evolução e o retorno ao estado de não doença eram os objetivos de todas as atividades.

Com o desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos, a medicina foi fragmentando-se, dando origem e espaço para outros profissionais de saúde. A atividade ambulatorial somou-se às desenvolvidas em ambientes hospitalares e desta integração surgiu a noção de sistema de saúde. Aos aspectos físicos ou biológicos, foram sendo agregados os psicológicos e os sociais, igualmente reconhecidos como causas de doenças.

Desta forma, a saúde, de um simples estado de ausência de doença, passou a ser entendida como um estado de bem estar físico, mental e social.

Conceitos Centrais

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde como “O estado de completo bem-estar físico, mental e social” e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade. Conceitos:

- Saúde não significa ausência de doença. Ao desvincularmos a saúde da doença temos grandes mudanças conceituais.
- Saúde não se limita apenas ao corpo. Inclui a mente, as emoções, as relações sociais, a coletividade.
- Existe a necessidade do envolvimento de outros setores sociais e da própria economia para que as pessoas possam de fato ter saúde.
- A saúde, além de ter um caráter individual, também envolve ações das estruturas sociais, incluindo necessariamente as políticas públicas.

A noção de que a saúde é um processo continuado e interdependente de preservação da vida criou uma nova dimensão social. A saúde passou a ser também um processo de cidadania. Desta forma, todos cidadãos têm direitos, mas são igualmente responsáveis pela manutenção. A saúde, dentro deste enfoque, ocorre e é consequência de ações realizadas em toda a sociedade. Isto não exime o Estado, o médico e outros profissionais de saúde de suas responsabilidades, mas agrega uma variável fundamental de respeito ao indivíduo, doente ou sadio, através do compromisso social solidário na consecução do objeto maior de garantir condições dignas de vida a cada ser humano.

Este modo de entender a saúde abrange aspectos individuais e coletivos, envolvendo questões ambientais e sociais.

Este conceito foi revisto na Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde, na cidade de Ottawa, em novembro de 1986, onde surgiu o conceito de promoção de saúde.

Promoção à Saúde

De acordo com a Carta de Ottawa (1986), a promoção à saúde é o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo maior participação em seu controle. Para atingir um completo bem-estar físico, mental e social, indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida e não como objetivo de viver.

Este novo conceito traz mudanças importantes:

- A saúde deixa de ser uma utopia e passa a ser uma possibilidade.
- A saúde é um processo, isto é, não acontece de um momento para o outro, requer tempo e envolvimento de várias pessoas.
- Inclui uma ação nova e fundamental: o controle desse processo passa a ser responsabilidade de todos os cidadãos. Ou seja, o controle social.

Em 1988, a Constituição Federal do Brasil passou a definir a saúde como um direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Diante do conceito trazido pela Constituição de que "saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação", abandonou-se um sistema que apenas considerava a saúde pública como dever do Estado no sentido de coibir ou evitar a propagação de doenças que colocavam em risco a saúde da coletividade e assumiu-se que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais, além da prestação de serviços públicos de promoção, prevenção e recuperação. A visão epidemiológica da questão saúde-doença, que privilegia o estudo de fatores sociais, ambientais, econômicos, educacionais que podem gerar a enfermidade, passou a integrar o direito à saúde.

Esse novo conceito de saúde considera as suas determinantes e condicionantes (alimentação, moradia, saneamento, meio ambiente, renda, trabalho, educação, transporte etc.), e impõe aos órgãos que compõem o Sistema Único de Saúde o dever de identificar esses fatos sociais e ambientais e ao Governo o de formular políticas públicas condizentes com a elevação do modo de vida da população.

Desta forma, não se pode mais considerar a saúde de forma isolada das condições que cercam o indivíduo e a coletividade. Considerar a saúde sem levar em conta o modo como o homem relaciona-se com o seu meio social e ambiental é voltar à época em que a doença era um fenômeno meramente biológico, desprovido de qualquer outra interferência que não fosse tão somente o homem e seu corpo.

Avanços

- A saúde passa a ser um direito e não um favor de algum governo.
- O Estado tem o dever de garantir esse direito.
- A saúde está diretamente ligada às políticas sociais e às condições econômicas que sustentam essa política.
- Propõe-se a democratização no acesso igualitário e universal. Todos têm o mesmo direito, independentemente das diferenças.
- Trata-se de promoção da saúde, o que garante a prevenção da mesma.

Conceito em Saúde: Fases

- Eliminação da doença.
- Estado de completo bem-estar físico, mental e social.
- Construção social.
- Desenvolvimento humano integral.
- Direito humano fundamental.
- Bem público como pré-requisito para o desenvolvimento socioeconômico.

Promoção e Proteção da Criança e do Adolescente

A promoção e a proteção do desenvolvimento realizam-se por meio de políticas, programas e ações que favorecem fatores facilitadores do desenvolvimento e evitam, eliminam ou reduzem condições clínicas e ambientais de risco para deficiências e incapacidades no pensar e agir das crianças.

No nível ambulatorial, a promoção e a proteção do desenvolvimento da criança ocorrem principalmente por meio de ações de educação para a saúde, acompanhamento da saúde da família e atenção integral à saúde da criança.

Todas as atividades em cuidados à saúde são potencialmente educativas, destacando-se o acompanhamento pré-natal e as consultas sistemáticas de revisão da saúde da criança, individuais ou em grupos. Durante essas atividades, aspectos clínicos e psicossociais da gestação, do parto e da infância devem ser abordados. Procura-se ouvir, informar e discutir assuntos relacionados à saúde e ao desenvolvimento das crianças, como a relação entre habilidades desenvolvidas, modos de explorar o ambiente, riscos de acidentes e medidas para sua prevenção.

O acompanhamento do desenvolvimento é etapa indispensável das consultas sistemáticas de revisão da saúde de todas as crianças. O diagnóstico de deficiências de desenvolvimento com tratamento precoce melhora a saúde mental da mãe, o relacionamento precoce entre os pais e entre pais e filhos, diminui problemas emocionais na criança, melhora seu ajuste social, seu comportamento e desempenho escolar, e ainda aumenta a chance de concluir o ensino médio e conseguir emprego, além de diminuir a chance de engravidar na adolescência.

Para melhorar detectar as deficiências de desenvolvimento, recomenda-se que todas as crianças sejam avaliadas periodicamente. Já as crianças de alto risco devem receber atenção especial e acompanhamento clínico mais freqüente.

No decorrer das avaliações, constrói-se um perfil do desenvolvimento da criança, baseado na história e exames clínicos, que podem incluir vários testes e até mesmo avaliação por especialistas. Tal perfil servirá de base para as condutas clínicas.

A construção do perfil de desenvolvimento deve incluir no mínimo sete etapas:

1. Identificação de fatores de risco para a saúde.
2. Identificação de problemas de saúde.
3. Escuta das informações e opiniões dos pais sobre o desenvolvimento do filho.
4. Avaliação clínica de comportamentos funcionais adaptativos.
5. Exame de reflexos primitivos.
6. Exame do tônus muscular.
7. Pesquisa de sinais neurológicos.

Referências Bibliográficas

1. Duncan, BB; Schmidt, MI; Giugliani, ERJ. Medicina Ambulatorial: Conduas de Atenção Primária Baseadas em Evidências. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2004.
2. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Art 196 e 198. Disponível em: http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf196a200.htm
3. <http://jus.uol.com.br/doutrina/texto>
4. www.oncoteste.org
5. Carta de Ottawa. Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, Ottawa, novembro de 1986. Disponível em: <http://www.opas.org.br/promocao/uploadArq/Ottawa.pdf>